

SINTRAJUSC

Falta dinheiro para o setor público, sobra para os juros

Servidores do Judiciário amargam perdas salariais de quase 50% e lutam para não pagar a conta da crise

O Judiciário Federal brasileiro aparece no cotidiano da população pelo trabalho dos seus servidores. São eles que recebem processos trabalhistas, encaminham ações judiciais contra a corrupção, organizam as eleições. Essas são apenas três das inúmeras atribuições da Justiça do Trabalho, da Federal e da Eleitoral, onde trabalham os servidores representados pelo Sindicato dos Trabalhadores no Poder Judiciário Federal no Estado de Santa Catarina (Sintrajusc), nascido em 1997.

Ao longo desses quase 19 anos foram muitas as lutas para garantir condições de trabalho e salário dignas. Uma das maiores ocorreu em 2015, com uma greve de mais de três meses por reposição salarial, que foi simbolizada pelos "pirulitos" com os dizeres "PLC 28 Já!" - número do projeto que previa o reajuste - e "Derruba o Veto 26". "Nenhuma categoria até hoje fez um trabalho tão forte e presente internamente e externamente, contatando todos os parlamentares e colocando milhares de servidores nos gramados do Congresso Nacional num momento político tão importante para o Brasil", diz o coordenador geral do Sintrajusc, Paulo Roberto Koinski. "Nossas causas, nossas falas e o barulho das vuvuzelas foram pautadas em todos os meios jornalísticos e por todos os analistas políticos por mais de três meses".

Desde junho de 2006, data da aprovação do último Plano de Cargos e Salários da categoria, até julho de 2015 a inflação medida pelo ICV do DIEESE foi de 73,53%, e nesse período houve apenas 15,76% de reajuste. Em julho, portanto, seria necessário um reajuste de 49,90%, para recompor a remuneração no mesmo patamar de junho de 2006. Faltando pouco mais de um mês para o ano terminar, porém, nenhum reajuste foi garantido aos servidores do Judiciário.

DÍVIDA SUGA DINHEIRO

O Sintrajusc busca mostrar à sociedade que, em contrapartida ao discurso da falta de dinheiro, na prática a questão é para onde o dinheiro público vai. Segundo a Auditoria Cidadã da Dívida, que acompanha o endividamento público no Brasil, até 30 de outubro de 2015 a dívida consumiu R\$ 939 bilhões, o que representa 49% do gasto federal. No início do ano, isso era 12 vezes o gasto com educação, 11 vezes o gasto com saúde e mais que o dobro dos gastos com a Previdência.

A situação piorou com o ajuste fiscal, que significa tirar dos trabalhadores e clas-



Servidores da Justiça Federal (foto maior) e do Trabalho em greve pelo reajuste previsto no PLC 28, que garantiria a reposição salarial

se média para engordar as contas dos ricos. A receita é corte nos gastos públicos (salário de servidores e políticas sociais) e aumento dos juros para felicidade da nobreza econômica. Quando a mídia fala em crise e aponta como única solução o ajuste fiscal, está simplesmente defendendo os interesses da classe a que pertencem os donos das mega empresas de comunicação (grandes grupos "jornalísticos" de rádios, jornais e televisões), muitos deles apontados como sonegadores de impostos e devedores de milhões, como o Grupo RBS.

É neste cenário difícil que os trabalhadores do Judiciário Federal buscam a valorização de seu trabalho. Um dos maiores entraves é a falta de reajuste anual, a data-base prevista na Constituição. Os trabalhadores celetistas têm esse direito respeitado, mas os servidores públicos não. Por isso se recorre à greve, processo desgastante para impedir a contínua desvalorização dos vencimentos.

METAS E QUADRO INSUFICIENTE ADOCEM SERVIDORES

- A saúde dos trabalhadores é prioridade para o Sindicato. Hoje as lesões por esforço repetitivo e o sofrimento psíquico são dois problemas predominantes na categoria, que precisa cumprir metas com quadros insuficientes. Um fato que agravou essa realidade foi a implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe-JT) na Justiça do Trabalho. O sistema causou uma série de transtornos para os servidores, magistrados, advogados e partes, por ter sido adotado sem a necessária discussão com os operadores do direito.
- Outra luta que mobiliza os servidores e a entidade é contra a precarização do Poder Judiciário, o qual tem reconhecido destaque no combate à corrupção, na garantia da eficiência do processo eleitoral, na proteção aos direitos dos trabalhadores e das minorias, entre outras matérias de grande relevância social. A desestabilização do Poder Judiciário só interessa aos grupos políticos que buscam o fracasso da democracia brasileira.